

**INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS.
EDIFÍCIO FRANZ W. DAFERT. REFLEXÕES
SOBRE A SUA PRESERVAÇÃO**

Wania Lucy Valim Bertinato

wbertinato@terra.com.br

**DEPARTAMENTO DE HISTORIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - SP**

Instituto Agronômico de Campinas
Edifício Franz W. Dafert
Reflexões sobre a sua Preservação

Resumo: O Instituto Agronômico de Campinas (IAC), desde sua criação por D. Pedro II, atua como instituição de pesquisas agronômicas, dando suporte às fazendas do estado de São Paulo. O Edifício Franz W. Dafert, uma das edificações da sede do IAC em Campinas, é um edifício público projetado na década de 30, de inspiração Art Déco, tombado pelo Condepacc (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas) e Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). Uma parceria entre a diretoria do IAC e um grupo de decoração permitiu a realização em 2009 de uma mostra de arquitetura, decoração e paisagismo no Edifício Franz W. Dafert com o objetivo de restauro e revitalização deste imóvel. Este trabalho desenvolve uma reflexão sobre as intervenções de restauro e revitalização que ocorreram neste edifício em decorrência desta parceria. Grosso modo, observamos a fragilidade das instituições na ausência de interesse do próprio Estado na manutenção do seu patrimônio construído, que no caso do IAC, é o único remanescente do patrimônio agrário de pesquisa no Brasil. Portanto, devemos compreender esta parceria, de um lado, com a expectativa destas instituições em viabilizar as benfeitorias arquitetônicas no seu patrimônio, otimizando seu uso e divulgando-o como patrimônio cultural, e por outro, a iniciativa privada que se promove através da intervenção num espaço de reconhecido valor cultural.

Palavras chaves: Patrimônio Cultural Agroindustrial, Preservação e Restauro.

Este importante estabelecimento, o único em seu genero existente no Brasil, foi creado pelo governo geral, em 1887, sendo ministro dos negócios da agricultura, commercio e obras publicas o senhor conselheiro Antônio da Silva Prado.

Foi lhe dado então o nome de Estação Agronômica de Campinas, sendo a sua missão promover e fomentar o desenvolvimento da agricultura por meio de pesquisas e experiências agronomicas, [...] (Amaral, 1899, p. 160)

A Imperial Estação Agronômica de Campinas foi criada por D. Pedro II, através do Decreto Imperial em 27 de junho de 1887. Passa do dominio federal para o estadual em 08 de fevereiro de 1892, sendo denominado, a partir de então, de Instituto Agronômico de Campinas. O Instituto Agronômico de Campinas (IAC), com 123 anos de existência, é a Instituição de Pesquisa mais antiga do Brasil. “Está em plena produtividade e se destaca como uma das instituições mais atuantes na área de pesquisa agrícola nacional” (Informativo IAC: 2007).

Vinculado à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, sua missão, conforme site do IAC é gerar e transferir ciência e tecnologia para o negócio agrícola, visando às otimizações dos sistemas de produção vegetal e ao desenvolvimento sócio-econômico com qualidade ambiental.



Capa do Folder do IAC - Centro de Comunicação e Transferência do Conhecimento. Tiragem 3.000 exemplares. (2005).

O IAC está distribuído em diversas unidades sendo que a sede se localiza no Jardim Guanabara, bairro próximo à região central na cidade de Campinas. Apesar de localizado em área urbana, está implantado num exuberante parque botânico, com área de 43.300,00 m². Possui um conjunto de edificações históricas, tombadas pelo município de Campinas e também pelo estado de São Paulo. Entre os edifícios tombados, destacamos o Franz W. Dafert, objeto de estudo desta monografia e no parque botânico, os reconhecidos arboreto e palmeto. O

palmeto, segundo matéria publicada no jornal Correio Popular de Campinas, em 01/09/2009, é considerado a maior coleção de palmeiras do Brasil e ainda segundo a reportagem:

As árvores e as palmeiras do Parque do IAC, que fazem parte do arboreto do Complexo Botânico do Monjolinho, também se tornaram patrimônio do Estado de São Paulo. Ali está uma coleção viva de plantas ornamentais, nativas e exóticas iniciadas pelo pesquisador Hermes Moreira de Souza na década de 60. (Costa, 2009).

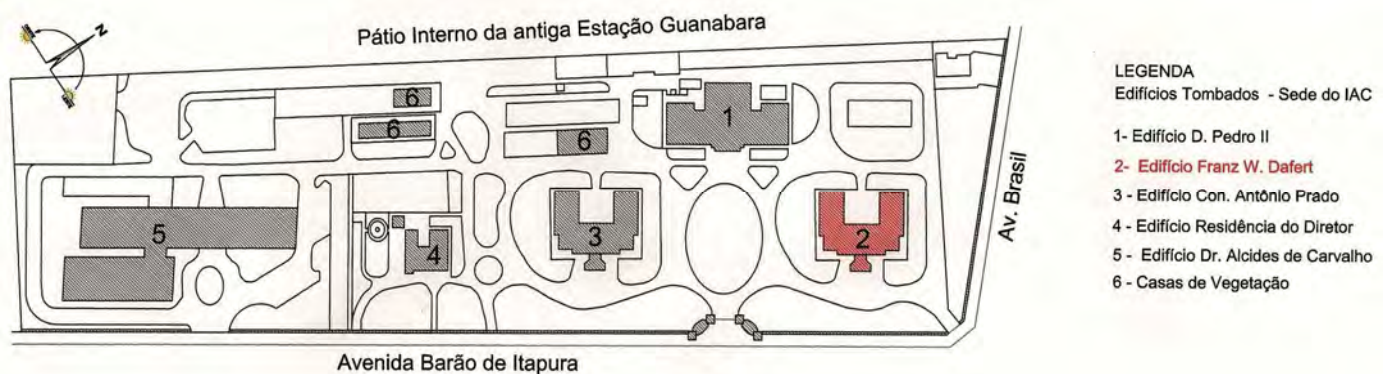


Foto 1 (05/06/2009) - Vista aérea parcial do IAC onde observamos a vegetação do parque botânico circundando a cobertura do Edifício Franz W. Dafert e trecho da Avenida Brasil.

O Edifício Franz W. Dafert e o Edifício Conselheiro Antônio Prado são edifícios gêmeos que se posicionam simetricamente em relação ao Edifício D. Pedro II cuja fachada se tornou um símbolo do IAC. (foto 1). Estes três edifícios formam um belo conjunto que podem ser observados parcialmente da Av. Barão de Itapura, em função da vegetação do parque que os envolve. No cinquentenário do IAC, dia 27 de junho de 1937, os edifícios gêmeos tiveram suas pedras fundamentais lançadas sendo inaugurados em 1943. As denominações são homenagens a Franz W. Dafert (1863-1933) por ter sido o primeiro diretor contratado para implantar e administrar a então Imperial Estação Agronômica de Campinas, onde permaneceu por dez anos e o Conselheiro Antônio Prado por ter sido o Ministro da Agricultura que, na época, não mediu esforços junto a D. Pedro II para que a estação agronômica fosse instalada em São Paulo.

Pelo governo do extinto regimem foi contractado em Vienna d'Austria para fundar e dirigir o novo instituto o doutor em philosophia e hábil chimico Sr. Francisco G. Dafert, tendo sido escolhida a cidade de Campinas para ser a sua séde. (Amaral, 1899: 160)

O IAC foi Tombado pelo CONDEPACC, conforme atesta a Resolução nº 55 de 25 de novembro de 2004. Esta resolução de 2004 não tem justificativa quanto à importância do bem tombado assim como não define o tipo de interesse que motivou o tombamento, mas determina grau de proteção 1 (GP1) para todas as edificações, ou seja, proteção integral.



Implantação da sede do IAC em Campinas com as edificações tombadas em destaque. Área do parque, 43,300,00 m².

Ocorre que a Resolução nº55 de 2004 foi retificada em 10 de julho de 2009 e após publicação no Diário Oficial do Município em 08 de julho de 2009, passa a valer a seguinte redação para o tombamento do IAC: “bem de expressiva importância cultural e ambiental, representativo da arquitetura institucional do fim do período imperial do Brasil”. A retificação altera ainda o Grau de Proteção 1 (GP1) de todos os bens tombados no IAC, protegendo as edificações somente no que diz respeito à volumetria, às fachadas e às escadarias dos edifícios D. Pedro II, Antônio Prado, Franz W. Dafert, a antiga Casa do Diretor e três casas de vegetação, mantendo, porém, mas sem definir o grau de proteção, o arboreto, o parque, os traçados do jardim, os três portões de ferro fundido ornamentais e do busto do prof. Franz W. Dafert. Ainda nesta retificação o Condepacc desconsidera como bem cultural a ser protegido, o leito férreo das antigas Cia. Mogiana de Estrada de Ferro e Estrada de Ferro Funilense que não pertencem ao IAC e o desenho arquitetônico do muro original com suas colunas ornamentais que delimita a área do IAC. Sem justificativa que fundamente as alterações do tombamento, a preservação destes imóveis foi restringida somente às partes externas delimitadas.

O CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) em sessão ordinária de 06 de julho de 2009, Ata nº 1539, publicada no Diário Oficial de 16 de Junho de 2009, deliberou aprovar o Tombamento do IAC como patrimônio estadual, acrescentando à lista de bens previamente tombados do Instituto Agrônomo de Campinas pelo Condepacc, o Edifício Dr. Alcides de Carvalho, edificação representativa da arquitetura moderna dos anos 60, mais dois portões de ferro e a pavimentação do passeio lindeiro à Av. Barão de Itapura. Aos edifícios Antônio Prado, Dom Pedro, Dafert e Dr. Alcides de Carvalho, protegeu volumetria, fachada, halls de entrada e escadaria principal, às três estufas, volumetria e fachada e à antiga residência do diretor, proteção integral devido sua importância como testemunha de formas de morar no início do século XX. Para o traçado do parque, arboreto, palmeto, muros, colunas, gradis, os cinco portões de ferro e a pavimentação do passeio lindeiro à Av. Barão de Itapura, proteção integral. Desta forma, o tombamento realizado pelo CONDEPHAAT representou, além dos acréscimos, citado acima, de fato uma proteção maior para alguns bens.

O Grau de Proteção 1 (GP1), de acordo com a Lei Municipal de Campinas, Nº 9149 de 17 de dezembro de 1996, é aplicável aos bens imóveis de alto valor histórico, arquitetônico e ambiental e determina que a preservação da edificação seja integral, a utilização do imóvel se dê por intermédio de funções compatíveis e que sejam aplicados métodos adequados em sua conservação e restauração.

A Retificação da Resolução nº55, elaborada pelo Condepacc e publicada um pouco mais de três anos após o tombamento, é portanto muito mais permissiva do que a Resolução 55 quanto a proteção do bem tombado. Ao justificar o tombamento como bem de expressiva importância cultural e ambiental, representativo da arquitetura institucional do fim do período imperial do Brasil, o texto da retificação gera um estranhamento, pois, à exceção do Edifício D. Pedro II e mesmo considerando que as inúmeras reformas e ampliações sofridas descaracterizaram totalmente a construção original, que era térrea, inspirada no Art Nouveau, projetada pelo Eng. Henrique Florence, todos os outros edifícios são do século XX. Portanto, qual é o edifício com a arquitetura institucional que representa o fim do império no Brasil? Os Edifícios Franz W. Dafert e C. Antônio Prado, são, conforme relatório no próprio processo de tombamento do Condepacc, representativo do período do Estado Novo, cujos projetos são de 1937, com características de Art Déco e a residência do diretor foi construída em 1923, início do século XX. Como interpretar esta justificativa? Na análise de uma proposta de intervenção de restauro destes bens tombados, com base nesta justificativa de tombamento, o que deve ser preservado nos edifícios? Os bens que não são representativos do fim do império no Brasil, não possuem valor arquitetônico a ser protegido? Se o bem é de interesse cultural e ambiental, qual o valor arquitetônico?

“No Brasil, [...], o art déco já se instalara como expressão pública para evidenciar novos ambientes, novas funções institucionais, como atrativo da modernidade, demonstrador de progresso.” (Suarez, 1997: p. 217).



Foto 2 (01/06/2010) - Fachada frontal do Edifício Franz W. Dafert após intervenção de restauro.

Edificação inspirada no movimento art déco, o Edifício Franz W. Dafert, assim como outros construídos nas décadas de 30 e 40 em Campinas, citando como exemplo, o Palácio de Justiça (antigo prédio do Fórum) e o Edifício Santana, “[...]simbolizam a chegada do pensamento moderno[,,]” (Suarez, 1997, p.218) na cidade. A arquitetura Art Déco, com suas características racionalistas de funcionalidade, eficiência e economia, inspirou muitas obras públicas no Brasil. “Essa arquitetura monumental – que pode ser classificada como um moderno inspirado nos arquétipos clássicos – constituiria outro arquétipo: a configuração de cenários de ideologias e governos autoritários, de direita ou de esquerda. A implantação do Estado Novo no Brasil, com a permanência do presidente Getúlio Vargas à frente do poder, ensejaria os ânimos pela manutenção das veleidades desta arquitetura.” (Segawa, 1997)

Importante testemunho da História cultural de Campinas e da formação do Bairro Guanabara foi apropriadamente valorizado pelo próprio órgão municipal de proteção quando,

através da Resolução Nº 55 de 25 de novembro de 2004, foi feito o seu tombamento com proteção total do bem. A posterior retificação deste tombamento, não o protege de eventuais descaracterizações arquitetônicas uma vez que assegura proteção somente a volumetria, escada central e às fachadas. A profa. Dra. Maria Lúcia Bressan Pinheiro em trabalho sobre a história da arquitetura paulistana assim se refere ao patrimônio de inspiração art déco da cidade de São Paulo:

[...] Trata-se de conjunto significativo, porém envolto em flagrante indiferença, por não enquadrar-se facilmente nos valores arquitetônicos consagrados; com efeito, não se trata de edifícios excepcionais, nem muito antigos, nem tampouco inequivocamente modernos; são, isto sim, representativos deste momento menosprezado da história de nossa arquitetura situado entre as décadas de 1930 e 1940.” (Pinheiro, 2008: 34).

Infelizmente identificamos processo de desvalorização dessa arquitetura art déco semelhante em Campinas.

De acordo com o arquiteto Carlos Lemos, é “no final da década de 20 que surge, para permanecer no panorama arquitetônico, inclusive no âmbito popular, o estilo Art déco, que o povo sempre ávido por novidades .” (Fabris, 1987: 97). A primeira manifestação deste estilo em Campinas foi em 1935, com o Edifício Sant’Anna, projetado e construído pelo engenheiro-arquiteto Lix da Cunha. Implantado na esquina da rua Barão de Jaguará com a rua Cezar Bierrembach, foi também o primeiro arranha-céu e marco do início do processo de verticalização da cidade.

O Edifício Franz W. Dafert que atualmente, abriga o curso de Pós-Graduação em Agricultura Tropical e Subtropical do Instituto Agrônomo de Campinas (PG-IAC), sediou a 14ª Mostra de Arquitetura, Decoração e Paisagismo, Campinas Decor, evento que ocorreu de 1º de maio a 14 de junho de 2009. No site do Portal do Governo de São Paulo, publicado em 28/02/2009, podemos ler:

[...] neste ano, a Pós-Graduação IAC ainda comemora a restauração de seu prédio Franz W. Dafert, inaugurado em 1943, que sediará a edição da Campinas Decor 2009. As obras estão em andamento e, em três meses, as instalações estarão refeitas, o que contribuirá para tornar o ambiente de aprendizagem ainda mais funcional e agradável. (Portal Governo do Estado de São Paulo, 2009).

O pedido realizado pela Campinas Decor ao CONDEPACC quanto às possibilidades de realização da mostra no Edifício Franz W. Dafert, apresentada em reunião do conselho do Condepacc em 13 de novembro de 2008, e anexado ao processo de Tombamento do IAC, é referente a uma Proposta de Intervenção de Restauo e Recuperação do prédio (CONDEPACC,

Processo de Tombamento Nº 55, 2004: p. 326). A Síntese de Decisão do Egrégio Colegiado em Sessão Ordinária de 13/11/08 – Ata nº 366 assim se apresenta:

O egrégio colegiado em sua reunião ordinária de 13 de novembro de 2008, tomou ciência da proposta para implantação da “A Mostra Campinas Decor 2009” no prédio Franz W. Dafert no Instituto Agrônômico de Campinas – IAC com as seguintes intervenções: limpeza geral dos prédios, troca de vidros quebrados, fiação externa corrigida, trincas calafetadas, janelas e portas serão recuperadas e pintadas juntamente com as esquadrias; os condutores de água pluvial serão substituídos e recuperados e os aparelhos de ar condicionado externos serão removidos e as esquadrias recuperadas: o piso das laterais do prédio será mantido e recuperado para devolução. Nas áreas verdes tombadas pelo patrimônio histórico, as intervenções serão acompanhadas pelo professor de paisagismo Lourenço Dantas com orientação da professora Dionete Satin. Com o acompanhamento da comissão formada pelos conselheiros Cláudio Orlandi e Marcelo Juliano e do técnico da CSPC Augusto Ottoni. (CONDEPACC, Processo de Tombamento Nº55, 2004: p.320).

Ainda na proposta de intervenção de restauro e recuperação do prédio, apresentada pela Campinas Decor, as diretrizes para o ambiente 07 não condizem com as restrições do tombamento quando afirma que o piso de mármore poderá ser trocado conforme proposta de recuperação da Campinas Décor, apresentada ao Condepacc e anexada processo de tombamento do IAC. Segue o texto na íntegra:

“Pavimento Térreo / Ambiente 07 – Este ambiente contempla o hall de entrada, o elevador, os corredores laterais e o lance de escadas. O piso de mármore poderá ser trocado mediante apresentação e aprovação em projeto. O mármore das paredes e os detalhes de gesso são tombados pelo patrimônio histórico e serão devolvidos em perfeito estado. Os trabalhos em gesso serão mantidos.” (CONDEPACC, Processo de Tombamento Nº 55, 2004. p. 342).

A resolução de tombamento relativa aos edifícios do IAC, previa Grau de Proteção 1, proteção integral do bem e até a data de 13/11/2008, quando a proposta foi apresentada e aprovada, esta resolução não tinha sido alterada por nenhuma retificação, o que de fato acaba ocorrendo em 10 de julho de 2009. É curiosa a afirmação de que o mármore que reveste as paredes e os detalhes em gesso são tombados mas será permitida a retirada do piso em mármore. Como permitir a retirada de um piso, original, íntegro, em bom estado e protegido pelo tombamento? Quanto ao revestimento das paredes do hall de acesso e corredores do térreo, não se trata de mármore mas de uma imitação de pedra, escaiola¹, que além de compor esteticamente com harmonia na ambiência do edifício, é um testemunho do passado que as

¹ Escaiola - espécie de estuque feito de areia fi na lavada, cal em pasta e pó de pedra branca, este último substituído por cimento, quando aplicado externamente. Ou ainda, estuque liso ou em relevo, feito exclusivamente de gesso e cola, que depois leva pintura imitando mármore. (Caderno de Encargos, Programa Monumenta. Brasília, 2005).

futuras gerações devem ter o direito de conhecer. Após o término da mostra de decoração, felizmente, o piso de mármore permaneceu intacto apesar de que, antes mesmo do término desta, com a retificação da resolução municipal, não estava mais protegido legalmente, assim como estão sem proteção o revestimento das paredes, os detalhes em gesso, etc.



Foto 3 (01/06/10) – Hall da recepção (Ambiente 07) onde se observa o piso em mármore, escaiola nas paredes e porta de acesso de ferro trabalhado.

Para manter íntegro o que não foi alterado deste patrimônio, precisamos contar com a consciência das pessoas que estão direta e indiretamente envolvidas com esta preservação, como parece ter sido o caso dos pisos do hall de acesso, recepção e escada. Não se trata só destes revestimentos como também de outros elementos da arquitetura ou de elementos integrados, como os lustres, o elevador, pisos em taco de madeira, etc.

A cerâmica vermelha, que revestia o piso do porão, foi totalmente substituída por uma nova cerâmica, totalmente estranha à linguagem da arquitetura art déco do edifício. Qual o critério, nesta intervenção de restauro, que justificaria a substituição de um piso original, em bom estado como a cerâmica vermelha, por outro revestimento cerâmico com paginação contemporânea? Ou não se trata de restauro, só de uma simples reforma? No terraço do 2º pavimento, optou-se, e ainda bem que sim, pela permanência do revestimento original, a cerâmica vermelha. O critério foi outro?

Numa visita técnica ao Edifício Franz W. Dafert, realizada em 01 de Junho de 2010, aproximadamente um ano após o evento de decoração, pudemos constatar o quanto é necessário, numa intervenção de restauro vinculada a uma mostra de decoração, um criterioso gerenciamento de todos os projetos, da execução da obra e entrega final das intervenções no edifício após a obra, no sentido de não causar danos irreversíveis ou descaracterizações para o monumento histórico. Este tipo de parceria com mostra de decoração, possui o mérito de viabilizar economicamente o restauro e dar visibilidade ao bem tombado porém, planejamento, discernimento crítico, critérios definidos de uso e intervenção são necessários. A lógica de uma mostra de decoração, por princípio, não é a mesma das necessidades de recuperação e restauro do edifício, uma vez que a mostra visa o evento em si, no período passageiro em que ela acontece e não a utilização do edifício restaurado após o período do evento. A Carta de Veneza recomenda, como princípio norteador, que no restauro de edifícios históricos se conserve a autenticidade do edifício. No artigo 9º da carta, lemos:

A restauração é uma operação que deve ter caráter o excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnica destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Para a realização de um projeto de restauro arquitetônico após um minucioso levantamento gráfico, fotográfico, da documentação histórica, do diagnóstico dos problemas, etc. devemos propor e justificar os critérios de intervenção pensando no edifício de forma integrada. Uma mostra de decoração, onde em cada ambiente se tem um profissional responsável, focado somente no seu ambiente, é provável que esta integração fique comprometida se não for muito bem planejada e gerenciada. No corredor a esquerda do 2º pavimento o granilite original do piso foi substituído por cerâmica com paginação inspirada no desenho original do granilite, um efeito de “falso antigo” mas no corredor a esquerda do 1º pavimento, o piso de granilite original se manteve. Algumas das salas distribuídas por estes corredores mantiveram o piso de taco de madeira original, outras tiveram seu piso trocado por cerâmicas diversas ou pisos laminados de madeira, tornando a leitura da linguagem arquitetônica do prédio confusa.

As diversas soluções propostas aos ambientes do edifício, que numa mostra de decoração devem mostrar além da criatividade de cada profissional, os novos materiais e tendências da arquitetura de interiores, após a mostra, precisam ser coerentes com as características arquitetônicas do prédio, harmônicas entre si e adequadas ao uso a que se destinam. Portanto, as soluções apresentadas num evento de decoração que interfiram na unidade formal da obra precisam respeitar o princípio da reversibilidade das intervenções para

que, conforme a cartilha do CSPC (Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural de Campinas), o edifício continue em condições de oferecer a leitura dos elementos da memória coletiva nele presentes.



Foto 4 (01/06/2010) – Detalhe do Banheiro do Térreo após a mostra de decoração.



Foto5 (01/06/2010) – Detalhe do Banheiro do 1º andar após a mostra de decoração.

Outra questão se apresenta na revitalização deste patrimônio. Como conservar e restaurar estruturas arquitetônicas antigas implantadas em meio à natureza? Embora a sede do IAC esteja em área urbana, trata-se de um parque botânico e os edifícios estão cercados por abundante vegetação, inclusive com árvores de grande porte. É necessário o estabelecimento de procedimentos adequados tanto de restauro como de conservação preventiva, para que patologias causadas por agentes ambientais, como umidade e radiação solar, por exemplo, ou biodegradação por agentes biológicos; microorganismos, plantas, insetos e animais de pequeno porte; não afetem a integridade do patrimônio cultural edificado que se pretende preservar. São necessárias equipes multidisciplinares tanto no levantamento do estado de degradação das edificações como no planejamento das ações de restauro e conservação, pois envolvem “conhecimentos muito específicos necessários à compreensão de todos os agentes e mecanismos” (LERSCH, 2003: p. 149). Identificar os diversos tipos de manifestações patológicas que ocorrem através de diagnóstico minucioso e propor ações de restauro e

conservação preventiva, são essenciais para uma manutenção futura sem maiores dificuldades e com menor custo².

As práticas de conservação preventiva e de manutenção permanente do bem edificado não são da nossa tradição. Recorrer à restauração depois que o edifício chega a alto nível de degradação tem sido regra. Não se incorporaram ainda em nosso meio, conceitos como o da prevalência da conservação sobre a restauração. Os riscos que uma restauração traz vem sendo ignorados, embora a Carta de Veneza, de todos conhecida, já alertasse para sua excepcionalidade. Não se disseminou ainda em nosso meio conceitos como de “conhecer muito para intervir pouco” nem o de “prevenir para não intervir”. (IPHAN, 2001: P.1)

Um projeto de intervenções de restauro deve contemplar uma orientação de conservação preventiva da edificação mas quando esta intervenção está vinculada à uma mostra de decoração, é provável que isto nunca ocorra. Necessário se faz um projeto específico, independente da mostra, que norteie todas as ações no edifício, inclusive as que dizem respeito à mostra de decoração e, além deste projeto, uma boa supervisão para que todas as indicações sejam cumpridas. Assim despertamos a consciência para a importância da correta preservação e fruição do patrimônio cultural construído, garantido a sua integridade para as futuras gerações.

² Sobre estudos de biodegradação no patrimônio histórico construído, citamos:

- CANEVA, G., NUGARI, M. P., SALVADORI, O. **Plant Biology for Cultural Heritage - Biodeterioration and Conservation**. Los Angeles : Getty Conservation Institute, 2008.

LERSCH, I. M. **Contribuição para a Identificação dos Principais Fatores e Mecanismos de Degradação em Edificações de Patrimônio Cultural de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PPGE/UFRGS, 2003.

- TIANO, Piero. **Biodegradation of Cultural Heritage: Decay Mechanisms and Control Methods**. CNR – Centre di studio sulle “Cause Deterimento e Metodi Conservazione Opere d’Arte”, Via G. Capponi 9, 50121 Firenze, Italy.

- URZI, C., DE LEO, F. **Biodeterioration of Cultural Heritage in Italy: State of Art**. University of Messina, Italy. Site:

< http://www.arcchip.cz/w08/w08_de_leo.pdf > Acesso em 28/08/2010.

Referências bibliográficas:

AMARAL, L. (org.). **A Cidade de Campinas em 1900**. Campinas: Tipografia Casa do Livro Azul, 1899.

BADARÓ, R. de S. C. **Campinas, O Despontar da Modernidade**. Campinas: Área de Publicações do Centro de Memória – Unicamp, 1996.

CZAJKOWSKI, J. **Guia da arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000.

CARMO, V. **Chão fecundo: 100 anos de história do Instituto Agrônomo de Campinas**. São Paulo: Agroceres, 1987.

GT-IPHAN. Programa Monumenta/Bid. **Manual de Conservação Preventiva para Edificações**.

Site:

http://www.monumenta.gov.br/upload/Manual%20de%20conserva%E7%E3o%20preventiva_1168623133.pdf> Acesso em 02/07/2010.

LE MOS, A. C. Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, A. (org). **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987, p. 68-103.

LE RSCH, I. M. **Contribuição para a Identificação dos Principais Fatores e Mecanismos de Degradação em Edificações de Patrimônio Cultural de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PPGEC/UFRGS, 2003.

FERREIRA, C. de S. **O Edifício Sant'Anna e a Gênese da Verticalização em Campinas**. ARQUITEXTOS, São Paulo, 07.078, Vitruvius, nov. 2006. Artigo do site: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.078/296>> Acesso em 06/06/2010.

PINHEIRO, M. L. B. **Arquitetura residencial verticalizada em São Paulo nas décadas de 1930 e 1940**. An. mus. paul. [online]. 2008, vol.16, n.1, pp. 109-149. ISSN 0101-4714. doi: 10.1590/S0101-47142008000100004. Site:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142008000100004> Acesso em 28/06/2010.

SCARABELLI, P. C. **Bairro Guanabara-Campinas-São Paulo: caminhos traçados pela ferrovia - 1872-1930**. São Paulo: UNIP, 2001.

SEGAWA, H. **Modernidade pragmática: arquitetura no Brasil nos anos 1920 a 1940**. In: Art déco na América Latina. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/PUC-RJ, 1997, pp177. [Anais do 1º Seminário Internacional].

SUAREZ, N. A. **Arte Déco e Moderno: Conceitos que se confundem no ambiente progressista brasileiro**. In:Art déco na América Latina. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/PUC-RJ, 1997. [Anais do 1º Seminário Internacional].

Outras fontes de pesquisa:

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO Maria Luiza Silveira Pinto de Moura da CSPC – Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura Municipal de Campinas. **Proc. de Tombamento N° 005/00** . Instituto Agrônomo de Campinas, Prédios (D. Pedro II, Antônio Prado e Franz W. Dafert), das Estufas, Antiga Casa da Diretoria e Arboreto do Parque.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Carta de Veneza**. Site: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>> Acesso em 02/07/2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Técnicas de Preservação**. Programa Monumenta, Cadernos de Encargos: Cadernos Técnicos 2. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/upload/caderno%20de%20encargos_1168630336.pdf> Acesso em 28/08/2010.

Prefeitura Municipal de Campinas, SMAJ - Coordenadoria Setorial de Documentação - Biblioteca Jurídica. **Resolução N° 55 DE 25/11/2004** (Publicação DOM de 10/12/2005:07) Site: <<http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r55-25112004.htm>> Acesso em 03/07/2010.

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo - CSPC/CONDEPACC. **Processo 005 de 2000** - Instituto Agrônomo de Campinas, Prédios (D. Pedro II, Antônio Prado e Franz W. Dafert), das Estufas, Antiga Casa da Diretoria e Arboreto do Parque. Site: <http://2009.campinas.sp.gov.br/cultura/patrimonio/bens_tombados/processo_005_00/> Acesso em 03/07/2010.

Revista / periódico:

COSTA, M. T. **IAC agora é patrimônio do Estado**. Correio Popular, Campinas, Caderno de Cidades, 01 de setembro de 2009.

DIÁRIO OFICIAL. Estado de São Paulo. 16 de julho de 2009. Executivo, Seção I, p. 42. Colegiado do CONDEPHAAT. **Ata 1539 de 06 de julho de 2009, Tombamento do IAC**. Site: <http://www.imprensaoficial.com.br/PortallO/Home_1_0.aspx#16/07/2009> Acesso em 02/07/2010.

IAC. **A Fruticultura temperada do IAC**. Site: <<http://www.iac.sp.gov.br/UniPesquisa/Fruta/Historico/ClimaTemperado.asp>> Acesso em 02/07/10.

IAC. **Imperial Estação Agrônômica de Campinas**. Site: <<http://www.iac.br/UniPesquisa/Fruta/Historico/EstacaolImperial.asp>> Acesso em 02/07/2010.

IAC. **Informativo Especial 120 anos.** Órgão da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Responsabilidade editorial do Centro de Comunicação e Transferência do Conhecimento. Produção: Assessoria de Imprensa do IAC. Supervisão: Carla Gomes. Publicação do IAC, Campinas, 2007.

PORTAL DO GOVERNO. Estado de São Paulo. **IAC Comemora Uma Década de Mestrado e Um ano de Doutorado.** Site:

<<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=103159&c=5001&q=IAC+comemora+uma+d%E9cada+de+mestrado+e+um+ano+de+doutorado>> Acesso em 21/06/2010.

Fotografias:

O AUTOR - Crédito de todas as fotos.